

Companhia Campolarguense de Energia – Cocel

Relatório Anual das Demonstrações Contábeis Societárias

2023

Relatório da Administração - 2023

Senhores Acionistas,

Atendendo as disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Campolarguense de Energia - Cocel submete à apreciação dos senhores o relatório das principais atividades referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Social e da Demonstração do Fluxo de Caixa, com os devidos pareceres dos auditores independentes, dos Conselhos Fiscal e de Administração, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da nossa empresa para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

A Companhia Campolarguense de Energia – Cocel, fundada em 05 de março de 1968, é uma sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob o número 75.805.895/0001-30, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, regendo-se de acordo com a Lei nº 6.404 de 15/12/76 e pela Lei Municipal nº 106/67 de 05/12/1967, tendo como principal atividade o serviço público de distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, conforme Contrato de Concessão nº 27/99 – ANEEL.

CARTA DO PRESIDENTE

Em 2023 os consumidores da Cocel foram diretamente impactados por algumas das mudanças na gestão da Companhia que vêm sendo realizadas nos últimos anos. A compra de energia é realizada em leilões do mercado livre desde 2019, proporcionando uma significativa redução das tarifas aplicadas. Desde 2022, os consumidores campo-larguenses já pagavam pela energia a menor tarifa de todo o Paraná e em 2023 a tarifa da Cocel passou a ser a menor de todo o Brasil. Uma conquista para a Companhia e para todo o município.

A Cocel segue trabalhando para oferecer o melhor atendimento a todos os consumidores. O ano foi marcado por condições climáticas extremamente adversas que provocaram muitos danos à rede de distribuição, mas o atendimento de nossas equipes sempre foi realizado de forma rápida e eficaz. A Companhia investe em equipes, em qualificação de colaboradores para atuação em subestações com linha viva, em manutenções corretivas e preventivas buscando minimizar o risco de interrupções.

Cordialmente,

José Arlindo Lemos Chemin

Diretor Presidente

A EMPRESA

Missão: Distribuir energia elétrica com segurança e qualidade, para o desenvolvimento e bem estar das comunidades atendidas, agregando valor para os clientes, colaboradores e acionistas.

Visão: Ser reconhecida pelos clientes pela excelência dos serviços de distribuição de energia elétrica à sociedade.

Política da Qualidade: Atender às diretrizes da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, otimizando os serviços prestados para a satisfação dos consumidores internos e externos, melhorando continuamente e garantindo tratamento adequado às reclamações. (ISO 9.001/ 10.002)

Organização e Gestão: A Companhia Campolarguense de Energia - Cocel, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, o qual detém 99,6% do seu Capital Social. É regulada pela Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas com alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009. É uma empresa concessionária de serviço público de energia elétrica, sendo sua concessão estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em 2015, a Cocel renovou seu Contrato de Concessão de Energia Elétrica por 30 anos, assinando o Quinto Termo Aditivo em 09/12/2015. O Decreto nº 8.461, de 02/06/2015, regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783, de 11/01/2013, prevendo indicadores de eficiência observados pela concessionária

pelo período de cinco anos contados a partir de 1º de janeiro de 2016. O Capital social realizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 50 milhões, representado por 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias sem valor nominal. A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2023	2022
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

AUDITORIA EXTERNA

A Cocel tem como contratada a empresa Bazzaneze Auditores Independentes S/S - EPP para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis.

ESTRUTURA E AMBIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Abrangência da área de concessão: A concessionária distribui energia elétrica em todo Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que abrange uma população de 144.165 habitantes (conforme estimativa do IBGE 2022) e área de 1.244 km².

Atendimento aos consumidores: No ano de 2023 foram registrados 374.763 protocolos de atendimento – 9,37% a mais que no ano anterior.

Deste total de protocolos 68% dos atendimentos foram realizados nos canais virtuais.

Entre as solicitações mais frequentes, estão pedidos de segunda via da conta de fatura, pedidos de religação, informações sobre falta de energia, pedidos de ligação nova e troca de titularidade.

Além disso, foram realizados 581 atendimentos itinerantes no interior do município.

A Cocel disponibiliza os seguintes canais de atendimento a seus consumidores:

- Presencial: realizado na sede da Companhia, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h30;
- Teleatendimento: ligação gratuita para 0800-7262121 (atendimento 24 horas todos os dias da semana).
- Agência Virtual: disponível no site www.cocel.com.br;
- Aplicativo COCEL MOBILE: gratuito e disponível para sistemas operacionais Android e iOS;
- E-mail: atendimento@cocel.com.br – serviço disponível 24 horas por dia e respondido em horário comercial;
- SMS: para informar falta de energia basta enviar mensagem de celular para (41) 99106-9146 – serviço disponível 24 horas por dia.
- WhatsApp – (41) 99123-2121

Vale ressaltar que todos os processos da Companhia são padronizados e o treinamento de equipes é contínuo, proporcionando mais agilidade no atendimento, minimizando o risco de erros e garantindo isonomia no tratamento a todos os consumidores.

Agentes arrecadadores: A fim de facilitar o pagamento das faturas de energia elétrica, a COCEL conta com 25 agentes arrecadadores conveniados e contratados, como lotéricas e outros estabelecimentos comerciais que atuam como correspondentes bancários distribuídos em todas as regiões do município. Em 2023 os clientes da Cocal passaram a ter a opção de realizar o pagamento das faturas também por pix. Enquanto o pagamento realizado em outros agentes arrecadadores pode demorar até dois dias úteis para ser compensado para a concessionária, com o pix a compensação ocorre em poucos minutos. O QR Code para pagamento por pix está disponível em todas as faturas da Cocal.

Ouvidoria: A Ouvidoria tem o objetivo de buscar a satisfação dos consumidores, fiscalizar o cumprimento da regulamentação vigente e ainda ser um canal de comunicação entre a concessionária e a ANEEL. Em 2023 a Ouvidoria tratou 115 manifestações de consumidores, entre solicitações de informações, denúncias, elogios, sugestões e reclamações. A Ouvidoria é parte integrante do Sistema de Gestão da Qualidade – tem seus processos padronizados e auditados conforme Sistema ISO 9001:2015 e suas atividades são regulamentadas pela Resolução ANEEL 1000/2021.

ASPECTOS OPERACIONAIS

Número de consumidores: O ano de 2023 encerrou com o total de 57.712 unidades consumidoras. O número de unidades consumidoras cresceu 2,1% em relação ao ano anterior. Destaque para a classe de consumo residencial, que representa 87,2% do número total de consumidores.

Classe de consumo	2023	2022	Variação (%)	Participação (%)
Residencial	51.836	50.081	2,3	89,0
Industrial	322	343	(6,8)	0,6
Comercial	3.467	3.746	1,0	6,7
Rural	1.651	1.700	(3,4)	3,0
Poder Público	367	320	0,3	0,6
Iluminação Pública	1	1	-	-
Serviço Público	65	64	(1,5)	0,1

Consumo Próprio	3	3	-	-
TOTAL	57.712	56.258	2,1	100,0

Receita Bruta da Venda de Energia Elétrica – faturada (R\$):

O faturamento bruto de energia elétrica apresentou um decréscimo de 4,1%, passando de R\$ 147.444.755,95 em 2022 para R\$ 141.461.991,57 em 2023. reflexo da redução da tarifa de – 3,89% do reajuste de Junho/2023 e da redução da alíquota do ICMS.

Classe	2023	2022	Variação (%)	Participação (%)
Residencial	72.914	72.376	(15,3)	49,1
Industrial	23.151	26.841	(24,0)	18,2
Comercial	28.214	30.448	(6,9)	20,6
Rural	4.325	4.175	(13,9)	2,8
Poder Público	2.898	2.910	3,6	2,0
Iluminação Pública	5.119	5.712	(21,1)	3,9
Serviço Público	4.841	4.983	1,9	3,4
TOTAL	141.462	147.445	(14,9)	100,0

Disponibilização do Sistema de Distribuição – TUSD – Consumidores Livres (R\$ mil):

Consumidores	2023	2022	Variação (%)
Industrial	22.068	22.211	(0,64)
Comercial	11.998	9.634	24,54
Cobrança ICMS Substituição Tributária	6.081	9.191	(33,84)
TOTAL	40.147	41.036	(2,17)

Mercado de Energia Vendida (MWh):

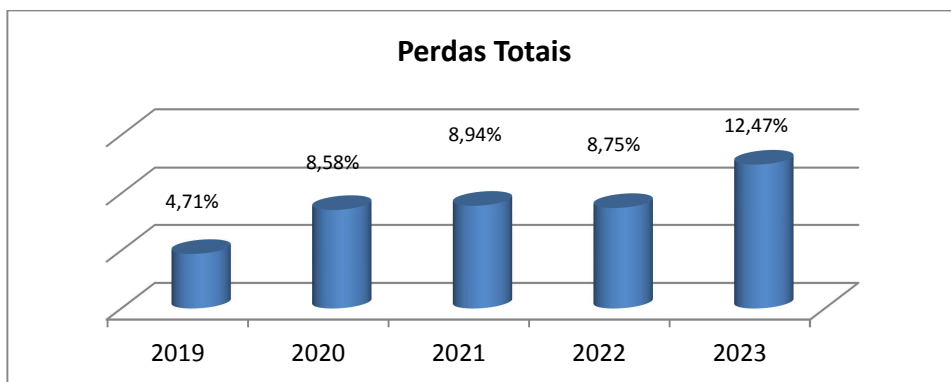
Classe	2023	2022	Variação (%)	Participação (%)
Residencial	103.899	94.605	9,8	29,7
Industrial	36.138	36.847	(1,9)	10,3
Comercial	39.621	39.256	0,9	11,3
Rural	6.611	6.369	3,8	1,9
Poder Público	4.004	3.672	9,1	1,2
Iluminação Pública	12.553	12.221	2,7	3,6
Serviço Público	7.655	7.074	8,2	2,2
Consumo Próprio	136	133	2,3	0,0
Total Consumidores Cativos	210.617	200.177	5,2	-
Industrial – Livres	92.882	102.350	(9,2)	26,5
Comercial – Livres	46.665	44.861	4,0	13,3
Total Consumidores livres	139.547	147.211	(5,2)	-
TOTAL	350.164	347.388	0,8	100,0

A energia requerida exclusivamente para atender nossos consumidores cativos ao longo do exercício de 2023 adquirida através de leilão e de cotas reguladas pelo agente regulador – (ANEEL), apresentou um acréscimo de 5,2%, passando de 200.177 MWh em 2022 para 210.617 MWh em 2023.

O consumo de energia dos consumidores livres foi de 139.547 MWh em 2023. Em 2022 foi de 147.211 MWh.

A geração distribuída, energia gerada pelos consumidores, atingiu 5.974 MWh em 2023, contra 3.673 MWh em 2022.

As perdas de energia elétrica ao longo do exercício em nosso sistema de distribuição, incluindo as comerciais e as técnicas, foram de 12,47%.



Tarifa média: A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, excluídos os valores do ICMS, COFINS e do PIS/PASEP, atingiu em dezembro de 2023, R\$ 509,50/MWh, representando um decréscimo de 7,39% em relação a dezembro de 2022.

Tarifa Média em R\$/MWh		
Classe	Dez/2023	Dez/2022
Residencial	536,93	577,69
Industrial	491,55	550,93
Comercial	514,96	547,67
Rural	487,22	518,31
Poder Público	565,21	598,13
Iluminação Pública	318,49	350,54
Serviço Público	497,16	541,08
Tarifa Média	509,50	550,18

Inadimplência: Valores a receber de consumidores incluindo outras cobranças além da energia consumida.

Saldos em 31/12/2023							
Classes	A vencer	Vencidas até 30 dias	Vencidas de 31 a 90 dias	Vencidas de 91 a 180 dias	Vencidas de 181 a 360 dias	Vencidas a mais de 360 dias	Total
Residencial	3.553	2.404	473	68	93	976	7.567
Industrial	1.607	383	292	6	-	234	2.522
Comercial	1.675	440	82	19	33	283	2.532
Rural	138	73	24	2	1	8	246
Poder público	249	29	1	-	-	1	280
Iluminação Pública	377	-	-	-	-	-	377
Serviço Público	395	10	-	-	-	-	405
Industrial – Cons.Livres	-	-	-	-	-	-	-
Comercial - Cons.Livres	-	-	-	-	-	-	-
Soma	7.994	3.339	872	95	127	1.502	13.929

Revisão Tarifária Periódica – 2021

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2887 de 22/06/2021.

As tarifas de aplicação da Cocal, constantes da Resolução Homologatória nº 2.706, de 23 de junho de 2020, ficam, em média, reajustadas em 10,64% (dez vírgula sessenta e quatro por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. Sendo 14,08%, em média para os consumidores conectados em alta tensão (AT) e de 8,52% em média para os consumidores conectados em baixa tensão (BT).

Reajuste tarifário anual – 2022

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 3.052 de 28/06/2022.

As tarifas de aplicação da Cocel, constantes da Resolução Homologatória nº 2.887, de 22 de junho de 2021, alterada pela Resolução Homologatória nº 3.009, de 1º de fevereiro de 2022, ficam, em média, reajustadas em 10,59% (dez vírgula cinquenta e nove por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. Sendo 23,15%, em média para os consumidores conectados em alta tensão (AT) e de 2,04% em média para os consumidores conectados em baixa tensão (BT).

Reajuste tarifário anual – 2023

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 3.211 de 27/06/2023.

As tarifas de aplicação da Cocel, constantes da Resolução Homologatória nº 3052, de 28 de junho de 2022, ficam, em média, reajustadas em -3,89% (menos três vírgula oitenta e nove por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. Sendo -14,42%, em média para os consumidores conectados em alta tensão (AT) e de 3,70% em média para os consumidores conectados em Baixa Tensão (BT).

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

Qualidade Técnica do Fornecimento:

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados de DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através de Sistema Informatizado (Useall) Módulo COD, que permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema elétrico, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas, ao direcionarmos investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes. O índice médio do DEC e do FEC é medido no Conjunto Campo Largo (CL) e no Conjunto Distrito Industrial de Campo Largo (DCL):

	2019	2020	2021	2022	2023
DEC – Conjunto CL – valor apurado	6,81	5,62	5,23	5,40	7,14
DEC – Conjunto CL – limite	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00
DEC – Conjunto DCL – valor apurado	11,21	9,64	8,41	10,22	14,65
DEC – Conjunto DCL – limite	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
FEC – Conjunto CL – valor apurado	5,82	5,96	5,51	3,81	6,52
FEC – Conjunto CL – limite	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00
FEC – Conjunto DCL – valor apurado	9,24	7,11	7,21	5,86	7,90
FEC – Conjunto DCL – limite	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00

INVESTIMENTOS

Ao longo de 2023 a Cocel aplicou parcela significativa dos seus recursos em obras de ampliação do seu sistema de distribuição de energia elétrica, conforme apresentamos na tabela abaixo:

Investimentos (em R\$ mil)	2023	2022
Obras de distribuição	7.939	12.078
Outros investimentos	620	596
Total dos Investimentos	8.559	12.674

Origens dos recursos (em R\$ mil)	2023	2022
Recursos próprios	7.706	10.999
Clientes – participação financeira	853	1.675
Total dos recursos	8.559	12.674

Sistema de distribuição – 12/2023	Urbano	Rural	Total
Redes de Distribuição – Baixa Tensão (Km)	637	143	780
Redes de Distribuição – Média Tensão (Km)	750	960	1.710
Postes – unidades	23.381	11.949	35.330
Transformadores – unidades	2.641	2.128	4.769
Potência Instalada em Transformadores (KVA)	124.505	28.810	153.315

Tarifa Social da Energia Elétrica: A Tarifa Social da Energia Elétrica é regulamentada pela Lei 12.212, de 20 de janeiro de 2010, e pela Resolução Normativa ANEEL 1000/2021. Proporciona descontos nas faturas de energia às famílias com baixa renda que atendam os critérios estabelecidos pela legislação e mantenham seus cadastros atualizados.

Tarifa Social da Energia Elétrica (Baixa Renda)	2023	2022
Número de residências atendidas	5.654	5.140
Residências atendidas pelo Programa c/relação ao total de consum. residenciais	10,9%	10,3%
Receita de faturamento na subclasse Baixa Renda (R\$ mil)	1.464	1.320
Faturamento da classe em relação ao total do faturamento residencial	2,0%	1,7%
Subsídio recebido da Eletrobrás, relativo aos consumidores do Programa (R\$ mil)	1.417	1.214

Programa Energia Solidária: Programa instituído pelo Governo do Estado do Paraná de acordo com a Lei 20.943/2021, que se responsabiliza pelo pagamento das faturas dos consumidores cadastrados na Tarifa Social de Energia Elétrica e que consomem no máximo 150 KWh por mês. Para receber o benefício, os consumidores devem ter apenas uma unidade consumidora em seu nome.

Programa Energia Solidária	2023	2022
Número total de residências atendidas	3.300	3.289
Residências atendidas pelo Programa com relação ao total de consumidores residenciais	6,4%	6,6%
Receita de faturamento do Programa Energia Solidária (R\$ mil)	1.068	997
Faturamento do Programa relação ao total da receita do faturamento residencial	1,5%	1,4%
Subsídio recebido do Governo Estadual dos consumidores do Programa (R\$ mil)	1.067	984

PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE

O PEE tem como objetivos principais promover a melhoria da instalação e a redução da demanda e do consumo de energia através da troca de equipamentos, difundir os conceitos da eficiência energética e da cultura de conservação energética e colaborar para o desenvolvimento sustentável.

A obrigatoriedade de implementar projetos de eficiência energética está prevista no Programa de Eficiência Energética (PEE), que é regulamentado pela ANEEL. O PEE foi criado para incentivar ações que promovam o uso mais eficiente da energia elétrica, contribuindo para a redução do consumo e, conseqüentemente, para a minimização do impacto ambiental.

As distribuidoras de energia são obrigadas a destinar uma porcentagem específica de sua receita operacional líquida para investimentos em projetos de eficiência energética. Esses projetos visam implementar medidas e ações que promovam o uso racional da energia, como a substituição de equipamentos por modelos mais eficientes, a modernização de sistemas elétricos, a educação para o consumo consciente, entre outras iniciativas.

Dessa forma, a obrigatoriedade de realizar projetos de eficiência energética é uma estratégia para incentivar as distribuidoras a investirem em práticas sustentáveis e a contribuírem para a redução do consumo de energia no país. Isso não apenas beneficia o meio ambiente, mas também promove a segurança no abastecimento de energia e pode resultar em economias para os consumidores.

Em 2024 será realizado um projeto de Eficiência Energética na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Campo Largo, esta iniciativa busca otimizar o consumo de energia com a instalação de placas solares e também a substituição do sistema de iluminação por um mais eficiente, reforçando o compromisso da COCEL com a comunidade campo-larguense visando uma diminuição expressiva nos gastos com energia elétrica, permitindo uma alocação mais eficiente dos recursos no sistema de saúde.

PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D

Em 2021 contratamos, pelo período de 36 meses, a Fundação Parque Tecnológico de Itaipu para realização de um projeto de P&D cujo título é “Técnicas de *Data Analytics* aplicadas à Otimização da Operação e Manutenção de Transformadores de Potência”. Os transformadores de potência são elementos chave na conexão de subestações de energia elétrica (SE) com o sistema elétrico de

potência, além disso, por se tratar de um dos equipamentos mais caros e críticos das subestações, a gestão destes ativos é de vital importância para manutenção da confiabilidade da operação das SE. O sistema proposto será capaz de emitir diagnósticos operativos dos transformadores, como: carregamento relativo, fator de aceleração do envelhecimento, *hotspot*, potência aparente, taxa de geração de gases, temperatura para a formação de água livre no óleo, entre outros. Ademais, Utilizando Técnicas de *Data Analytics*, inteligência artificial aplicada na análise dos dados coletados pelo sistema de aquisição e disponibilizados em servidor, o sistema de gestão dos ativos emitirá saídas relacionadas ao grau de criticidade dos ativos, podendo o usuário registrar procedimentos a adotar para a criticidade apontada pelo sistema, sendo estes procedimentos incrementados ao sistema e utilizados nas inferências posteriores da aprendizagem de máquina.

POLÍTICA DE REINVESTIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária. Mas com o resultado negativo obtido não houve distribuição de dividendos neste exercício.

DIMENSÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

Receita de Energia: A receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada totalizou R\$ 141.485.993,89 em 2023 contra R\$ 148.652.957,25 em 2022, representando um decréscimo de 4,82%, reflexo da redução da tarifa de – 3,89% do reajuste de Junho/2023 e da redução da alíquota do ICMS.

Desde abril de 2016 ocorre a migração de alguns grandes consumidores industriais e comerciais para o mercado livre. Atualmente são 29 consumidores das classes industrial e comercial que passaram a adquirir energia em leilões, cabendo à Cotel cobrar somente o valor da disponibilização do sistema de distribuição. Em 2023 foi faturado o montante de R\$ 34.066.164,92 contra o valor de R\$ 31.844.954,35 em 2022. Outro valor também de responsabilidade da Companhia, se refere ao ICMS Substituição Tributária incidente sobre a energia consumida destes consumidores livres junto aos seus fornecedores de energia. Em 2023 foi cobrado o valor de R\$ 6.081.041,41 e em 2022 o valor de R\$ 9.190.879,97, recolhidos integralmente ao Estado do Paraná.

Ativos e Passivos financeiros setoriais: Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros – trata-se das variações positivas e negativas entre estimativas de custos não gerenciáveis e pagamentos efetivados ocorridos entre os processos tarifários contemplados. As variações serão apuradas e fiscalizadas pela ANEEL para posterior compensação nos reajustes tarifários subsequentes.

Os valores registrados na conta **Doações, Contribuições e subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido** no valor de R\$ 14.998.890,40, referem-se a valores de descontos incidentes sobre as tarifas e contemplados nos reajustes e revisões tarifárias da ANEEL e que são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE a título de Subsídio de Carga de Fonte Incentivada (consumidores livres), Subsídio sobre o Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento e Rural de Irrigação e Eletrificação, Subvenção sobre redução na tarifa e Subsídio CCEE. Estes custeios são de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE conforme disposto nos termos do inciso VII, do artigo 13º da lei 10.438/2002 e Decreto nº 7891/2013. Também são registrados os valores recebidos de Subsídio Baixa Renda do Governo Federal.

Em **Outras Receitas**, temos os valores registrados de serviços prestados como serviços cobráveis nas faturas, compartilhamento de infraestrutura e de prestação de serviços de manutenção da iluminação pública do Município - totalizando R\$ 7.962.558,26 em 2023. Em dezembro de 2014 foram transferidos para o Município todos os ativos referentes ao sistema de iluminação pública, conforme determinado pela Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010, artigo 218. A transferência foi efetuada sem ônus para o Município.

Receita Operacional Líquida: O resultado líquido após as deduções de encargos setoriais e impostos obteve um resultado de R\$ 130.010.920,93 em 2023, contra R\$ 119.843.149,89 em 2022. Um percentual de 62,31% em 2023 e de 55,8% em 2022, sobre a Receita Operacional Bruta.

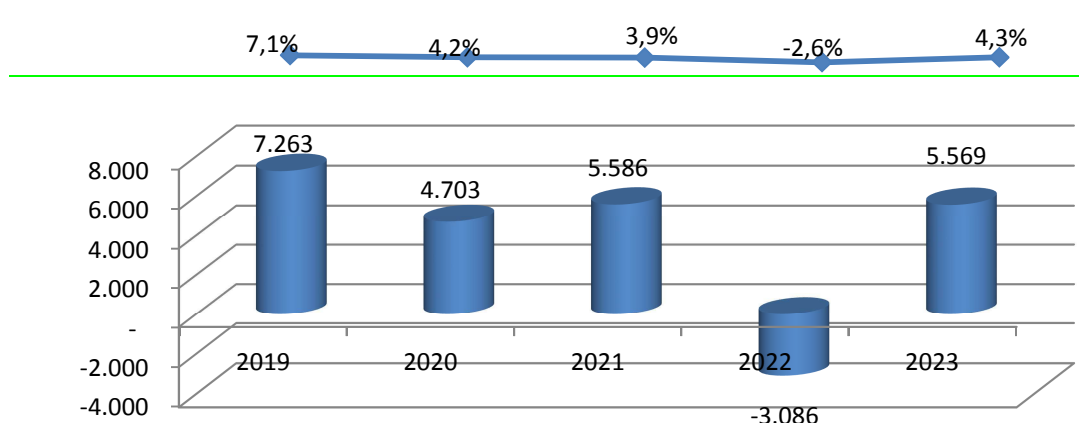
Resultado antes dos Custos Gerenciáveis: Em 2023 o resultado após os custos com a aquisição de energia elétrica foi obtido o valor de R\$ 45.083.800,65 e o percentual sobre a Receita Líquida Operacional foi de 34,68%. Em 2022 foi de R\$ 38.094.715,72 e o percentual de 31,79%.

Custos Gerenciáveis: Encerrou o exercício de 2023 com o montante de R\$ 36.129.037,00 e a variação de 27,79% sobre a Receita Líquida Operacional, enquanto em 2022 encerrou com o valor de R\$ 35.599.833,41 e variação de 29,71% sobre a ROL e variação de 1,49% (comparando 2023 com 2022).

LAJIDA ou EBITDA: Os Lucros antes dos Juros, Impostos e Depreciação e Amortização (LAJIDA ou EBITDA) totalizou 5.569.166,19, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Rubrica	2023	2022
Resultado das Atividades	1.536	(6.697)
Depreciação e Amortização	4.033	3.611
Lajida/Ebitda	5.569	(3.086)
Receita Operacional Líquida	130.011	119.843
Margem do Ebitda / ROL	4,29%	-2,58%

O gráfico abaixo apresenta os valores em R\$ (mil) da margem do Ebitda/Lajida, juntamente com o percentual sobre a Receita Operacional Líquida.



Indicadores econômicos

Índice/coeficiente	Fórmula	2023	2022
Liquidez imediata	Disponível	R\$ 0,09	R\$ 0,03
	Passivo Circulante		
Liquidez corrente	Ativo Circulante	R\$ 1,00	R\$ 1,34
	Passivo Circulante		
Liquidez geral	Ativo Circ. + Realizável L.P.	R\$ 0,98	R\$ 0,99
	Passivo Circ. + Exigível L.P.		
Endividamento Total	Exigibilidades totais	R\$ 0,70	R\$ 0,71
	Ativo Total		
Retorno do Capital	Lucro Líquido	4,61%	-7,35%
	Patrimônio Líquido		
Razão Operacional	Despesa Operacional	0,99	-1,05
	Receita Líquida		
Capital Fixo Aplicado	Ativo Permanente	0,31	0,29
	Ativo Total		
Desp. Pessoal/Rec. Líquida	Despesa Pessoal	15,8%	16,5%
	Receita Líquida		
Energia Comprada/ Rec. Líquida	Custo Energia	65,3%	68,2%
	Receita Líquida		
Capital de Giro	Ativo Circulante – Passivo Circulante	R\$ 260.379	R\$ 16.600.371
Lucro/Prejuízo Líquido	-	R\$ 2.903.619	(R\$ 4.293.513)
EBITDA	Resultado da atividade + Depreciação	(R\$ 5.569.166)	(R\$ 3.085.805)

BALANÇO SOCIAL

	2023			2022		
1) Base de Cálculo	Valor (R\$ mil)			Valor (R\$ mil)		
Receita Líquida	130.011			119.843		
Lucro Operacional	2.903			(4.294)		
Folha de Pagamento Bruta	18.397			17.780		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.873	10,2%	1,5%	1.801	10,1%	1,5%
Encargos Sociais sem diretoria	4.803	26,1%	3,7%	4.502	25,3%	3,8%
Previdência privada	64	0,3%	0,1%	62	0,3%	0,1%
Saúde	1.155	6,3%	0,9%	1.011	5,7%	0,8%
Segurança e Medicina no Trabalho	345	1,9%	0,3%	528	3,0%	0,4%
Educação	72	0,4%	0,1%	55	0,3%	0,0%
Cultura	-	-	-	-	0,0%	0,0%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	51	0,3%	0,0%	82	0,5%	0,1%
Creches ou Auxílio Creche	-	-	-	-	-	-
Participação nos Lucros ou Resultados	542	3,0%	0,4%	-	0,0%	0,0%
Outros	-	-	-	-	0,0%	0,0%
Total – Indicadores sociais internos	8.905	48,4%	3,8%	8.041	45,2%	6,7%
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Saúde e Saneamento	-	-	-	-	-	-
Esporte	-	-	-	-	-	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-
Programa “Luz Para Todos”	-	-	-	-	-	-
Programa de pesquisa e eficiência energética	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total das contribuições para a sociedade	-	-	-	-	-	-
Tributos (excluídos os encargos sociais)	79.445	-	61,1%	86.308	-	78,0%
Total – Indicadores Sociais Externos	88.350	-	68,0%	94.349	-	85,3%

	2023	2022
4) Indicadores do Corpo Funcional	N.º de empregados	N.º de empregados
N.º de empregados ao final do exercício	109	113
Nº de empregados terceirizados	66	78
Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	53	54
2º Grau	48	50
1º Grau	8	9
Faixa Etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	2	4
De 30 até 45 anos (inclusive)	54	59
Acima de 45 anos	53	50
Admissões durante o período	-	0
Demissões durante o período	3	6
N.º de mulheres que trabalham na empresa	24	26
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	33,3%	42,1%
Estagiários	4	2
Menor Aprendiz	5	5

5) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
	2023			2022		
Relação entre a maior e a menor remuneração	6,1			6,7		
Nº total de acidentes de trabalho	3			5		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos foram definidos	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados
A previdência privada contempla	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	() Não são considerados	(X) São sugeridos	São exigidos	() Não são considerados	(X) São sugeridos	São exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário	() Não se envolve	(X) Apoia	() Organiza e incentiva	() Não se envolve	(X) Apoia	() Organiza e incentiva

A Cocel agradece aos seus acionistas, em especial à colaboração do Governo do Município de Campo Largo, aos colaboradores da Companhia pelo profissionalismo e dedicação, aos clientes/consumidores e fornecedores pela confiança que depositaram ao longo de 2023.

Campo Largo, 31 de dezembro de 2023.

José Arlindo Lemos Chemin
Diretor Presidente

Pedro Luiz Durigan
Diretor Econômico/ Financeiro

Carlos Conrado Krzyzanowski
Diretor Técnico

Nelson Chagas
Diretor Administrativo

Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8

Balanco Patrimonial dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022

ATIVO	2023	2022
CIRCULANTE		
Numerário disponível (Nota 5.1)	5.201	1.401
Aplicações no mercado aberto (Nota 5.2)	-	-
Consumidores, Concessionários e Permissionários (Nota 5.3)	19.469	18.025
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.163	-
Serviços em curso (Nota 5.4)	1.581	1.047
Tributos compensáveis (Nota 5.5)	14.104	15.476
Almoxarifado operacional (Nota 5.6)	1.641	1.841
Despesas pagas antecipadamente (Nota 5.7)	2.807	2.805
Ativos regulatórios (Nota 5.8)	8.995	20.984
Outros ativos circulantes (Nota 5.9)	6.241	3.786
	61.202	65.365
NÃO CIRCULANTE		
Tributos compensáveis (Nota 5.10)	72.422	78.661
Investimentos temporários (Nota 5.11)	362	250
Depósitos judiciais	170	157
Ativo financeiro indenizável (Nota 5.12)	3.777	3.778
Outros ativos não circulantes	1	1
	76.732	82.847
Intangível em serviço (Nota 5.13)	52.614	50.520
Intangível em curso (Nota 5.13)	10.334	9.375
	62.948	59.895
TOTAL DO ATIVO	200.882	208.107

PASSIVO	2023	2022
CIRCULANTE		
Fornecedores (Nota 5.16)	9.716	14.193
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 5.17)	10.787	13.850
Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 5.18)	2.744	2.171
Tributos (Nota 5.19)	8.036	2.477
Provisão para litígios (Nota 5.20)	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	5.248	4.298
Encargos setoriais (Nota 5.21)	4.800	5.397
Passivos regulatórios (Nota 5.8)	17.341	4.766
Outros passivos circulantes (Nota 5.22)	2.270	1.613
	60.942	48.765
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 5.17)	5.345	9.536
Outros Passivos não circulantes (Nota 5.8)	74.204	91.368
	79.549	100.904
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social (Nota 5.23)	50.000	50.000
Reservas de Lucros	10.391	8.438
	60.391	58.438
TOTAL DO PASSIVO	200.882	208.107

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrativo do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	2023	2022
Receita Operacional (Nota 5.27)		
Fornecimento de Energia Elétrica	141.486	148.653
Disponibilização do Sistema de Distribuição	40.147	41.036
Ativos e Passivos Financeiros Regulatórios	(3.352)	(7.912)
Doações, Contribuições e subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	14.999	16.722
Outras Receitas	7.962	6.931
Receita de Construção	7.419	9.191
	208.661	214.621
Deduções da Receita Operacional (Nota 5.28)		
ICMS	(35.245)	(45.992)
Cofins / Pasep	(15.018)	(14.587)
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	(26.451)	(27.418)
TFSEE – Taxa de Fiscalização	(128)	(116)
Pesquisa e Desenvolvimento / Eficiência Energética	(1.155)	(1.046)
Outros encargos	(653)	(5.619)
	(78.650)	(94.778)
Receita Operacional Líquida	130.011	119.843
Custos Não Gerenciáveis – Parcela “A” (Nota 5.29)		
Energia Elétrica comprada para Revenda	(45.943)	(53.250)
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão/Distribuição	(38.984)	(28.499)
	(84.927)	(81.749)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	45.084	38.094
Custos Gerenciáveis – Parcela “B” (Nota 5.30)		
Pessoal e Administradores	(20.507)	(19.736)
Material	(1.756)	(2.125)
Serviços de Terceiros	(8.469)	(8.137)
Depreciação e Amortização	(4.033)	(3.611)
Custo com Construção	(7.419)	(9.191)
Outras Despesas Operacionais	(1.364)	(1.991)
	(43.548)	(44.791)
Resultado da Atividade	1.536	(6.697)
Resultado Financeiro		
Despesas Financeiras	(7.490)	(7.756)
Receitas Financeiras	9.309	10.159
	1.819	2.403
Resultado Antes dos Impostos sobre o lucro	3.355	(4.294)
Imposto de Renda / Contribuição Social s/Lucro	(795)	-
Lucro antes das Participações e da Reversão dos Juros Sobre o Capital	2.560	(4.294)
Participações nos Lucros	(606)	-
Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio	950	-
Lucro Líquido do Exercício	2.904	(4.294)
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do Cap. Social - R\$	5,81	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrativo do Fluxo de Caixa dos Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	2.904	(4.294)
Ajustes de itens sem desembolso de caixa		
Juros sobre financiamentos	(3.464)	(4.078)
Provisão para contingências	-	(35)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	72	(159)
Amortização e baixas do intangível	5.066	4.666
Lucro líquido ajustado	4.578	(3.900)
(Aumento) redução do ativo		
Contas a receber de clientes	(2.679)	4.143
Serviços pedidos em curso	(534)	(481)
Depósitos judiciais	(13)	(68)
Ativos regulatórios	11.989	10.640
Tributos a recuperar	7.611	(92.725)
Estoques	200	(86)
Despesas antecipadas	(2)	(2.769)
Outros	(2.566)	(1.765)
	14.006	83.111
Aumento (redução) no Passivo		
Fornecedores	(4.477)	3.049
Obrigações sociais e trabalhistas	572	(252)
Tributos a recolher	8.953	(4.572)
Encargos setoriais	(597)	2.317
Passivos regulatórios	12.575	(6.199)
Outros	(19.461)	91.450
	(2.435)	85.793
Fluxo de caixa (consumido) / originado das atividades operacionais	16.149	(1.218)
Atividades de investimentos		
Intangível	(8.559)	(10.998)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(8.559)	(10.998)
Atividades de financiamentos		
Financiamentos e empréstimos adquiridos	5.071	15.542
Amortização de empréstimos	(8.861)	(4.921)
Dividendos distribuídos	-	(10)
Fluxo de caixa originado das (aplicados nas) atividades de financiamentos	(3.790)	10.611
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.800	(1.605)
Total de efeitos no caixa		
Saldo inicial de caixa	1.401	3.006
Saldo final de caixa	5.201	1.401
Variação no caixa	3.800	(1.605)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Descrição	Capital Social	Reservas de lucros		Lucros Acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de investimento		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	50.000	3.549	9.183	-	62.731
Aumento do Capital Social					
Prejuízo Líquido de Exercício	-	-	-	(4.294)	(4.294)
Destinação do Lucro proposta a AGO (nota 5.26)					
- Reserva Legal	-	-	-	-	-
- Reserva de Retenção do Lucro	-	-	(4.294)	4.294	-
JSCP (R\$ 2,00 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	50.000	3.549	4.889	-	58.437
Aumento do Capital Social					
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	2.904	2.904
Destinação do Lucro proposta a AGO (nota 5.26)		145		(145)	-
- Reserva de Retenção do Lucro	-	-	1.809	(1.809)	-
JSCP (R\$ 2,00 por lote de mil ações)	-	-	-	(950)	(950)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	50.000	3.694	6.698	-	60.391

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

*Valores expressos em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Companhia Campolarguense de Energia - Cocel, fundada em 05 de março de 1968, é uma sociedade de Economia Mista de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, que detém 99,61% do seu Capital Social.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.244 km².

Até maio de 2019 a Cocel era suprida pela Companhia Paranaense de Energia – Copel, após esse período tornou-se agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CEE e atualmente possui seu portfólio de compra de energia composto pelas cotas compulsórias e contrato de aquisição de energia com a empresa Tradener Ltda.

2. Da Concessão

A Companhia Campolarguense de Energia - Cocel detém a concessão para distribuir energia no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, junto ao órgão regulador do Serviço Público de Energia Elétrica – Aneel.

A Cocel assinou em 09/12/2015 o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 27/1998, prorrogando a vigência até 07/07/2045, de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09/11/2015, com fundamento na Lei nº 12.783/2013, no Decreto nº 7.805/2012 e no Decreto nº 8.461, de 02/06/2015.

O contrato de concessão e seus aditivos encontram-se disponíveis, na página da ANEEL: <http://www.aneel.gov.br>

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis:

3.1. Declaração De conformidade

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia está adotando as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 em 27 de maio de 2009, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76. A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Nesse sentido, estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os dados não financeiros incluídos nesta demonstração contábil tais como, MW, MWh e aspectos qualitativos para determinar a cobertura de seguros, não foram auditados.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

3.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis societárias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: Os instrumentos financeiros não-derivativos E os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo.

3.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos e de mensuração

Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Societárias da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das Demonstrações Contábeis Societárias.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Societárias.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco expressivo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Amortização do intangível de concessão

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia utilizou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução ANEEL nº 674/2015.

Ativo financeiro de concessão

O critério de apuração e atualização do ativo financeiro de concessão está na nota 5.12.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, regulatórios, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para perda esperadas

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia.

A Companhia utiliza a abordagem de mensuração por meio de uma matriz de provisão que considera o histórico de inadimplência. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular e parcelamentos, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada.

Para os grandes consumidores há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

3.5. Normas e Interpretações Novas/Revisadas/Alteradas

Os principais normativos alterados, emitidos em discussão pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis, estão abaixo elencados:

Norma/revisada/alterada	Descrição da alteração/revisão	Início de vigência
IFRS 3/CPC 15: Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020
IFRS 9/CPC 48: Instr.Financeiros IFRS 7/CPC 40: Instr.Financeiros-Evidenciação IAS 39/CPC 38: Instr.Financeiros-Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	1º de janeiro de 2020
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis IAS 8 CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros	Altera a definição de “material”, estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	1º de janeiro de 2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	1º de janeiro de 2020

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que não entraram em vigor até a data da emissão das demonstrações da COCEL, estão descritas acima. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

4. Principais Práticas Contábeis Adotadas na Elaboração das Demonstrações Contábeis:

4.1. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

Prestação de serviços

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamentos Técnicos CPC47 – Contratos com Clientes, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Ativo Regulatório Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, conforme Módulo 4 do PRORET – Componentes Financeiros das Tarifas de Distribuição.

4.2. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- ✓ Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- ✓ Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

4.3. Subvenções governamentais

São reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

4.4. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos.

4.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de

relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Contábeis Societárias tomadas em conjunto.

4.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.7. Contas a receber de clientes

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, os serviços prestados, os acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência.

4.8. Estoques

Os materiais e equipamentos em estoques classificados no ativo circulante compreende o almoxarifado de manutenção de obras e administrativo. Estão registrados pelo custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

4.9. Ativo indenizável (Concessão)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica e aditivos celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia (Concessionária – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desse contrato. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B) e são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- ✓ Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor novo de reposição (“VNR”) classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- ✓ Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o VNR classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, nota 12.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii)

parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, essa a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produziu efeitos no exercício de 2016, não afetando o resultado de anos anteriores.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou de melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado.

Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

4.10. Ativos intangíveis

Contratos de concessão

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação à vida útil estimada dos ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

4.11. Resultado por quota

O resultado por quota básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos quotistas diretamente proporcional.

4.12. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

4.13. Demonstração de Resultados Abrangentes

A Cocel não apresentou as Demonstrações dos Resultados Abrangentes por motivo de não existir nenhum resultado que se caracterize como abrangente.

4.14. Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

5. Notas Explicativas

ATIVO CIRCULANTE

5.1. Disponibilidades

Estão representadas por depósitos bancários avaliados ao custo de realização até a data do balanço patrimonial.

	2023	2022
Caixa	5	5
Contas bancárias a vista	2.214	1.062
Numerários em trânsito	470	334
Total	2.689	1.401

O saldo de Numerário em Trânsito corresponde aos valores arrecadados pela rede bancária e ainda não creditados pela mesma.

5.2. Aplicações Financeiras

O ano de 2023 encerrou com o saldo de 2.511 aplicações financeiras em dezembro/2023.

5.3. Consumidores, Concessionários e Permissionários.

As contas a receber incluem os valores referentes ao faturamento já emitido, bem como a receita proveniente de energia fornecida e ainda não faturada ao final do exercício. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento do faturamento. Para a receita não faturada, conforme o ciclo de faturamento mensal é feita a provisão tendo como referência a carga real de energia disponibilizada e o índice de perda elétrica em bases anuais.

	2023	2022
Fornecimento faturado	12.496	10.940
Fornecimento não faturado	7.221	7.197
Outras cobranças de consumidores	1.061	1.124
(-) Provisão p/Créditos de liquidação duvidosa – PCLD	(1.309)	(1.236)
Total	19.469	18.025

O fornecimento faturado de energia acrescida de outras cobranças nas faturas apresenta o seguinte perfil por data de vencimento e classe:

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Consolidado
Consumidores	2023				2022
Residencial	3.197	2.423	751	6.371	5.079
Industrial	1.534	581	220	2.335	2.377
Comercial	1.630	472	245	2.347	2.140
Rural	157	97	10	264	233
Poder Público	237	26	1	264	209
Iluminação Pública	382	-	-	382	378
Serviço Público	389	10	-	399	381
Serviço taxado e outras	287	369	305	961	1.143
Não faturado	7.221	-	-	7.221	7.197
Participação Financeira	134	-	-	134	68
Governo do Paraná – Luz Fraterna	100	-	-	100	56
Sub total	15.268	3.978	1.532	20.778	19.262
(-) Crédito líq. Duvidosa	(1.309)	-	-	(1.309)	(1.236)
Total Consumidores	13.959	3.978	1.532	19.469	18.025

5.4. Serviços em Curso

Representados pelos custos apropriados em ordens de serviços próprias ou de terceiros, cujos valores serão transferidos para o ativo intangível ou para custo dos serviços prestado a terceiros por ocasião do encerramento das respectivas Ordens de Serviços – ODS.

	2023	2022
Serviços em redes elétricas	130	54
Programas de Eficiência Energética	55	13
Programas de Pesquisa & Desenvolvimento	1.124	766
Manutenção de Iluminação Pública	240	205
Outras ordens em curso	32	9
Total	1.581	1.047

5.5 Tributos compensáveis

	2023	2022
ICMS a compensar Curto Prazo	115	619
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	11	11
Contribuição Social s/Lucro Líquido – CSLL	8	13
Cofins/Pasep s/exclusão da base do ICMS	13.843	14.691
Outros	127	142
Total	14.104	15.476

5.6. Almoxarifado operacional

Corresponde aos materiais no almoxarifado de manutenção e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, no montante de R\$ 1.641, (R\$ 1.841 em 31 de dezembro de 2022), e não excedem ao valor de mercado.

5.7. Despesas Pagas Antecipadamente

Prêmios de Seguros: Saldo dos pagamentos antecipados de prêmios de seguros vincendos, até a efetiva realização destas despesas pelo regime contábil de competência no valor de R\$ 38.

Registrado o valor de R\$ 2.769 referente a honorários advocatícios relativos ao processo de recuperação da Cofins e do Pasep com a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo.

5.8. Ativos Regulatórios

Correspondem às variações positivas de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

- **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A – CVA:** A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;
- **Neutralidade da Parcela A:** Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas; e

A partir da assinatura do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em 10/12/2014, a Cotel aplicou a OCPC nº 08 a partir do exercício de 2014, com registros dos valores do ativo financeiro setorial em contrapartida à receita operacional.

Composição	CVA 2023			CVA 2022		
	Ativa	Passiva	Líquida	Ativa	Passiva	Líquida
Custo de aquisição de energia	-	4.350	(4.350)	5.287	-	5.287
Proinfra	22	140	(118)	618	3	615
Conta de Desenv. Energético - CDE	171	-	171	2.980	17	2.963
Transporte de Energia Rede Básica	-	156	(156)	8	16	(8)
Transporte de Energia Elétrica – Itaipu	613	-	613	206	103	103
Encargos de Serv.de Sistemas – ESS	1.300	30	1.270	1.997	540	1.457
Neutralidade Parcela A	262	305	(43)	771	-	771
Sobrecontratação de Energia	1.317	443	874	-	-	-
Diferimentos de Reposição Tarifária	5.310	1.435	3.875	9.117	4.087	5.030
Devoluções tarifárias	-	10.482	(10.482)	-	-	-
Total	8.995	17.341	(8.346)	20.984	4.766	16.218

Ativos e Passivos Regulatórios	Circulante		Não Circulante	
	2023	2022	2023	2022
Ativos				
Ativos regulatórios em recuperação	4.213	18.314	-	-
Ativos regulatórios em formação	4.782	2.670	-	-
Total do Ativo	8.995	20.984	-	-
Passivo				
Passivos regulatórios em recuperação	4.744	540	-	-
Passivos regulatórios em formação	12.567	4.226	-	-
Total do Passivo	17.341	4.766	-	-
Líquido	(8.346)	16.218	-	-

Os valores do item “Devoluções tarifárias” são referentes a créditos de Pis/Pasep/Cofins, que estão sendo devolvidos aos consumidores, decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo, conforme processo judicial nº 5007604-60.2019.4.04.7000/PR, com trânsito em julgado em 20/09/2021. Em razão do trânsito em julgado da ação, por meio do Processo Administrativo de Habilitação do Crédito nº 19614.762583/2022-90 houve a habilitação no valor de R\$ 16.837 e por meio do Processo Administrativo de Habilitação do Crédito nº 19614.762584/2022-34 houve a habilitação no valor de R\$ 74.531 com atualização até junho/2022, totalizando o montante de R\$ 91.368.

Tais valores foram contabilizados no ativo em contrapartida do passivo circulante e não circulante, em razão de que no âmbito regulatório o tema foi motivo de intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL visto que a mesma considerou que os valores, resultado do sucesso da ação, devem ser devolvidos ao consumidor. Nesse sentido, em 27 de junho de 2022 foi sancionada a Lei 14.385/22 que alterou a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica e estabeleceu a devolução dos referidos impostos aos consumidores.

5.9. Outros Ativos Circulantes

	2023	2022
Créditos a receber – empregados	148	188
Títulos de créditos a receber – Consumidores	493	513
Reembolsos do fundo da Conta de Desenvolvimento Energético		
- Subsídio Água, Esgoto, Saneamento e Rural	3	28
- Subsídio Carga Fonte Incentivada – CL	3.249	925
- Subvenção CDE ref.tarifas reduzidas	382	810
- Bônus s/redução voluntária consumidor	-	254
- Subsídio SCEE (Geração distribuída)	407	-
- Subsídios Baixa Renda – Eletrobrás	264	217
Compartilhamento da infraestrutura a receber	1.181	749
Outros ativos a receber	114	102
Total	6.241	3.786

ATIVO NÃO CIRCULANTE**5.10. Tributos compensáveis**

	2023	2022
ICMS a compensar	1.394	959
Cofins/Pasep a compensar	71.028	77.702
Total	72.422	78.661

5.11. Investimentos temporários

O valor de R\$ 195 mil refere-se ao saldo histórico de precatórios que foram adquiridos com o objetivo de quitar pendências fiscais junto ao Governo do Estado. Outros investimentos temporários somam R\$ 166 mil.

5.12. Ativos Financeiros – Indenizáveis (concessão)

Referem-se à parcela do Intangível não amortizada até o final do contrato de concessão dos Investimentos realizados. Estes investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo da concessão o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da Companhia. O registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica do ICPC 01 e da orientação OCPC 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão.

	2023	2022
Ativo financeiro	3.777	3.778
Total	3.777	3.778

5.13. Intangível

	2023			2022
	Intangível	Ativo financeiro	Líquido	Líquido
Intangível	228	(3)	225	296
Terrenos	1.220	(1.220)	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias.	821	(132)	689	730
Máquinas e Equipamentos	61.461	(2.423)	59.038	55.855
Veículos	983	-	983	1.473
Móveis e Utensílios	324	-	324	371
(-) Obrigações especiais Vinculadas a Concessão	(8.645)	-	(8.645)	(8.205)
	56.392	(3.778)	52.614	50.520
Intangível em Curso	10.334	-	10.334	9.375
	66.726	(3.778)	62.948	59.895

A agência reguladora, ANEEL, é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor de indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo de concessão. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como concessão do serviço público (Ativo Financeiro). Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, foi registrada no Ativo Intangível, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, Líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (de junho de 2008).

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

	2023	2022
Em Serviço		
- Participação da União, Estados e Municípios	685	685
- Participação financeira do consumidor	6.877	6.056
- Universalização Serviço Público de Energia Elétrica	2.370	2.370
- Pesquisa e Desenvolvimento	572	572
(-) Amortização Acumulada	(4.618)	(4.205)
- Em Curso	2.759	2.727
Total	8.645	8.205

5.14. Taxas de Depreciação

De acordo com a Resolução ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009, as taxas de depreciação dos principais bens e instalações da Companhia registradas e controladas por Unidade de Cadastro - UC e que passaram a ser aplicadas a partir de janeiro de 2012 são as seguintes:

Estrutura - Distribuição	3,57%
Condutor - Distribuição	3,57%
Luminária	4,55%
Medidor	7,69%
Transformador de Distribuição	4,0%
Veículo	14,29%
Equipamento Geral	6,25%
Edificação	3,33%

5.15. Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição (inclusive comercialização) são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

PASSIVO CIRCULANTE

5.16. Fornecedores

	2023	2022
Energia Comprada p/ Revenda	6.572	8.142
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	1
Materiais, Serviços e Outros	3.144	6.050
Total	9.716	14.193

5.17. Empréstimos e Financiamentos e debêntures

	2023		2022	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Caixa Econômica Federal	2.368	3.779	6.051	1.147
Banco Sicoob	1.577	-	1.771	1.577
Banco Sicredi	4.601	-	3.991	4.605
Banco Santander	2.241	1.566	2.037	2.207
Total	10.787	5.345	13.850	9.536

- Caixa Econômica Federal: Juros: 167,32 do CDI; carência de 6 meses. Prazo total de 40 meses. Vencimento final: 15/01/2025;
- Banco Sicoob: Juros de 0,68% a.m e 8,62% a.a. Prazo total de 36 meses. Vencimento final: 18/10/2024;
- Banco Sicredi: Juros de 1,56% a.m. e 20,41% a.a. Vencimento final: 28/12/2024;
- Banco Santander: juros de 1,26 a.m. e 16,21% a.a. Prazo total de 30 meses; Vencimento final: 13/01/2025;
- Banco Sicredi: Juros de de 1,60% a.m. e 20,98% a.a. Prazo total de 24 meses. Vencimento final: 28/11/2024.

5.18. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2023	2022
Saldo de Salários a Pagar	-	1
Provisão de férias	1.661	1.755
Tributos e Contribuições Sociais retidos na fonte	447	391
Consignações em favor da Concessão e/ou Terceiros	30	24
Participações nos lucros	606	-
Total	2.744	2.171

5.19. Tributos

	2023	2022
Tributos Federais	1.095	664
Tributos Estaduais	6.482	1.390
Contribuições Sociais	456	421
Tributos retidos na fonte	3	2
Total	8.036	2.477

Cofins/Pasep: A tributação nas receitas é pela não cumulatividade e está sujeita as alíquotas de 7,60% e 1,65%

5.20. Provisão para litígios

A Administração, com base em informações de sua Divisão Jurídica, e análise das demandas judiciais, constitui provisões para 2023 consideradas como “prováveis”.

Descrição	2023		2022	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Cíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas:

Cíveis: A Companhia possui 70 processos cíveis que tramitam em Juizados Especiais, os quais em sua grande maioria referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores. Considerando seus riscos como “possíveis” os valores somam aproximadamente R\$ 1.119.

Trabalhistas: Composto por reclamações ajuizadas por empregados e ex-empregados, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento, entre outros. Considerado como risco “possível” a Companhia conta com apenas um processo estimado no valor de R\$ 594.

5.21. Encargos Setoriais

	2023	2022
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(7)	34
Ministério das Minas e Energia – MME	(4)	17
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	2.370	2.082
Programa de Eficiência Energética – PEE	1.935	1.382
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL	282	167
Taxa de Fiscalização	11	10
Demais encargos setoriais – empréstimo Covid	213	1.705
Total	4.800	5.397

5.22. Outros passivos circulantes

	2023	2022
Consumidores	1.187	408
Taxa de Iluminação Pública	966	880
Taxa do Lixo	-	220
Outros credores	117	105
Total	2.270	1.613

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

5.23. Capital Social

	2023	2022
Prefeitura Municipal de Campo Largo	49.805	49.805
Demais Acionistas	195	195
Total	50.000	50.000

O Capital Social, totalmente integralizado, é representado por 500.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, estando assim constituído:

	2023	2022
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

5.24. Destinações do Lucro

A reserva de retenção de lucros é constituída com parte dos lucros do exercício, para dar suporte ao programa de investimento da companhia, que será efetuada com Capital Próprio por deliberação da Assembleia Geral. A reserva legal, de constituição obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício, é limitada a 20% do Capital Social.

A destinação dos resultados apurados nos exercícios está apresentada a seguir:

	2023	2022
Resultado do exercício Prejuízo	2.904	(4.294)
(-) Reserva legal 5%	(145)	-
Resultado a distribuir	2.759	(4.294)
Destinação dos resultados		
Juros sobre capital próprio	(950)	-
Reserva estatutária para investimento	(1.809)	-
	-	-

O artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, do valor dos juros sobre o capital próprio que serão pagos aos acionistas, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP). A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, em substituição aos dividendos, como distribuição de lucros do exercício no montante de R\$ 950, e reter o remanescente do lucro líquido como reserva de retenção de lucros, de modo a assegurar a realização do programa de investimento a ser realizado no ano seguinte, suportado pelo orçamento anual. Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas. A remuneração dos acionistas está assim demonstrada:

5.25. Seguros

Os principais ativos em serviço da empresa estão segurados, a especificação por modalidade de risco e data de vigência estão demonstradas a seguir:

Bem Segurado	Risco	Data da Vigência	Valor segurado
Sede Social	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	27/04/2023 a 26/04/2024	1.000
Almoxarifado	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	06/04/2023 a 05/04/2024	3.000
Centro de treinamento	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	06/04/2023 a 05/04/2024	200
Veículos	Casco / Danos Corporais / Morte / Invalidez	14/06/2023 a 13/06/2024	V. Mercado
Seguro garantia	Inadimplência de pagamento	01/10/2023 a 15/02/2024	1.481
Seguro garantia	Inadimplência de pagamento	01/01/2024 a 31/12/2024	1.456
Seguro garantia	Inadimplência de pagamento	01/01/2024 a 18/03/2025	536

5.26. Instrumentos Financeiros

Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia não realizou nenhuma operação com derivativos, bem como não manteve operações financeiras objetivando a proteção dos riscos de perdas com flutuações nas taxas de juros e de câmbios, tendo em vista a

inexistência de empréstimos e financiamentos com taxas pós-fixadas e/ou vinculados à moeda estrangeira. Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados para produzir a estimativa mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

- **Disponibilidades e aplicações financeiras:** Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis.
- **Consumidores, Concessionários e Permissionários:** O saldo de contas a receber tem seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis pela sua natureza de curto prazo.
- **Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser considerados como: a) Risco de crédito: são administrados por normas específicas de aceitação de clientes análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente; b) Concentração de risco de créditos: como aproximadamente 2/3 das vendas de energia são efetuadas a um grande número de consumidores que representam mais de 90% de seu universo, o risco de crédito por esse fato se torna minimizado, além do acompanhamento das inadimplências verificadas nas diversas classes de consumidores, suspendendo seu fornecimento, decorrente de atrasos superiores aos regulamentares.

5.27. RECEITA OPERACIONAL

- **Fornecimento de Energia Elétrica e outros**

Classes	Nº consumidores (valores não auditados)		Consumo em MWh (valores não auditados)		Valor – R\$ (mil)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Fornecimento faturado						
Residencial	51.836	50.081	103.899	94.605	72.914	72.376
Industrial	322	343	36.138	36.847	23.151	26.841
Comercial	3.467	3.746	39.621	39.256	28.214	30.448
Rural	1.651	1.700	6.611	6.369	4.325	4.175
Poder Público	367	320	4.004	3.672	2.898	2.910
Iluminação Pública	1	1	12.553	12.221	5.119	5.712
Serviço Público	65	64	7.655	7.074	4.841	4.983
Consumo Próprio	3	3	136	133	-	-
Total Energia faturada	57.712	56.258	210.617	200.177	141.462	147.445
Não faturado	-	-	-	-	24	1.208
Disponibilização do Sistema de Distribuição – Consum. Livres (nota 1)	29	21	139.547	147.211	40.147	41.036
Receita de Construção	-	-	-	-	7.419	9.191
Doações, Contrib. Subvenções Vinculadas ao Serv. Concedido	-	-	-	-	14.999	16.722
Outras Receitas	-	-	-	-	7.962	6.931
Ativos e Passivos Regulatórios	-	-	-	-	(3.352)	(7.912)
Soma	29	21	139.547	147.211	67.199	67.176
TOTAL	57.741	56.279	350.164	347.388	208.661	214.621

- **Receita de Construção e Custo de Construção**

Estabelecido pela ICPC 01 / IFRIC 12, onde a concessionária de energia elétrica deve mensurar e registrar a receita dos serviços prestados de acordo com os CPC 17/IAS 11 dos Contratos de Concessão e CPC/IAS 18, IFRIC 13 E SIC 31.

A Companhia contabiliza a receita e o custo de construção relativa a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica conforme estágio de execução.

Nota 1: Desde o ano de 2016, vinte e nove consumidores industriais e comerciais de média tensão abaixo de 13,8 kV pertencentes ao grupo de consumo A4, migraram para o mercado livre. A partir daí a remuneração passou a ser cobrada somente sobre a rede de distribuição utilizada por estes consumidores. O valor demonstrado no quadro acima de 139.547 MWh refere-se ao consumo dos Consumidores Livres junto a outras distribuidoras e/ou geradoras por eles contratados.

- **Ativos e Passivos Regulatórios**

	2023	2022
CVA Ativa e Passiva		
- Em constituição	(2.570)	2.797
- Em amortização	(782)	(10.709)
Total	(3.352)	(7.912)

Ativos e Passivos regulatórios – valores de Compensação da Variação dos Custos da Parcela “A” – CVA – Valores contabilizados em contrapartida com as contas citadas nos itens 5.8 .

- **Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido**

	2023	2022
Subsídios Baixa Renda	1.463	1.321
Subsídios s/descontos nas tarifas do Serviço Público/Rural	145	483
Subsídios Carga fonte incentivada – consumidor livre	7.510	1.650
Subvenção CDE s/ redução nas tarifas	4.838	8.759
Bônus de redução voluntária	(255)	1.202
Recursos CDE Eletrobrás	-	3.307
Subsídio SCEE	1.298	-
Total	14.999	16.722

Subsídios tarifários – Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos consumidores do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluso subsídios de baixa renda, que são repassados pela Eletrobrás.

- **Outras Receitas**

	2023	2022
Renda Prestação de Serviços – Compartilhamento de infraestrutura	5.233	4.380
Serviço Taxado	973	965
Serviços Prestados na Manutenção da Iluminação Pública	2.261	1.902
Ganhos na Alienação de bens e direitos	161	164
Outros	30	95
(-) Tributos s/outras Receitas – PIS/Pasep/Cofins	(696)	(575)
Total	7.962	6.931

5.28. Deduções da Receita Operacional

- **Encargos Setoriais - Encargos do consumidor**

	2023	2022
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	26.450	27.418
Bandeiras tarifárias	-	2.649
Taxa de fiscalização	128	116
Programa de Pesquisa e Desenv. – P&D e Eficiência Energética - PEE	1.155	1.046
Encargo de Energia de Reserva – ESS/ERR	-	2.970
Outros encargos	654	5.619
Total	28.387	39.819

- **Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética**

	2023	2022
Programa de Eficiência Energética – PEE	463	418
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	115	105
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	231	209
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	231	209
Ministério de Minas e Energia - MME	115	105
Total	1.155	1.046

Os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e de Eficiência Energética (PEE) são programas de investimentos nos quais as concessionárias estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9991/2000 e regulamentações nas Resoluções ANEEL nº 300/2008 e 316/2008.

- **PROCEL**

A Lei nº 13.280, de 3 de maio de 2016, alterou a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética. Segundo a Lei nº 13.280/2016, 20% dos recursos para eficiência energética serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, instituído pela Portaria Interministerial nº 1.877, de 30 de dezembro de 1985, e ratificado pelo Decreto de 18 de julho de 1991. A Resolução Normativa ANEEL nº 737, de 27 de agosto de 2016, aprovou o Sub módulo 5.6: Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – EE dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, que regulamenta o cálculo dos valores a investir em P&D, EE, a recolher ao Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia – MME e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL. Os valores foram provisionados no Passivo Circulante e aguardamos a aprovação do terceiro Plano de Aplicação de Recursos pelo Comitê Gestor de Eficiência Energética – CGEE, presidido pelo MME, para que possamos providenciar o recolhimento.

5.29. Custos com energia elétrica comprada para revenda

	Em MWh (valores não auditados)		Em R\$ (mil)	
	2023	2022	2023	2022
Compra de Energia – Leilão	235.216	222.230	43.638	52.023
Encargos do Uso da Rede Elétrica	-	-	37.468	31.404
PROINFA	-	-	4.059	4.765
Micro geração – baixa tensão	5.974	3.673	2.937	1.887
Encargo de Energia de Reserva – ESS/ERR	-	-	5.264	-
Crédito COFINS / PASEP/PIS	-	-	(8.439)	(8.330)
Total	241.190	225.903	84.927	81.749

5.30. Despesas Operacionais – Custos gerenciáveis

Naturezas	2023	2022
Pessoal	18.397	17.780
Administradores	2.110	1.956
Material	1.756	2.125
Serviço de terceiros	8.469	8.137
Arrendamento e alugueis	319	271
Seguros	60	52
Doações, contribuições e subvenções.	3	81
Provisões	72	124
(-) Recuperação de despesas	(222)	(374)
Tributos	133	80
Depreciação/Amortização	4.033	3.611
Custo com construção	7.419	9.191
Gastos diversos	999	1.757
	43.548	44.791

6. Participação nos Resultados.

Em 1999 a Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados baseados em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. A empresa constituiu provisão para pagamento de participações nos lucros do exercício de 2023 no valor de R\$ 605.993,27.

7. Ajuste a Valor Presente

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 12, a Companhia analisa suas contas de ativos e passivos que serão sujeitas a liquidação financeira frente a questões relacionadas a valores realizáveis no futuro, prazo de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto, com o objetivo de apurar o efetivo montante de realização ou liquidação por conta da desvalorização no tempo e incertezas associadas. Quando aplicável e relevante efetua-se a redução contábil do respectivo ativo ou passivo, efetuando a apropriação do ganho financeiro de acordo com a fruição do tempo.

8. Demonstração do Resultado Segregado por Atividade

Todos os valores contidos no Balanço Patrimonial referem-se única e exclusivamente às atividades de distribuição de energia elétrica, tendo em vista que a concessionária é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, atendendo somente o Município de Campo Largo e ainda não possuindo nenhuma atividade atípica.

9. Eventos Subsequentes

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial e financeira, ou que possam provocar efeitos sobre os resultados das operações da Entidade.

Campo Largo, 31 de dezembro de 2023.

José Arlindo Lemos Chemin
Diretor Presidente

Carlos Conrado Krzyzanovski
Diretor Técnico

Pedro Luiz Durigan
Diretor Econômico/Financeiro

Nelson Chagas
Diretor Administrativo

Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Campolarguense de Energia- COCEL, dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, além de terem acompanhado através de balancetes trimestrais a gestão econômico-financeira da referida empresa, examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao ano de 2023, são de parecer que refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e conseqüente aprovação pelos senhores Acionistas.

Campo Largo, 29 de abril de 2024.

Bárbara Lunardon
Presidente

Marina Pusch de Oliveira
Conselheira

Andre Schmidt Leon Bordes
Conselheiro

Bianca Moraes Coelho
Conselheira

Leandro Borges de Carvalho
Conselheiro



PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º- do Estatuto Social da Companhia e tendo como base os termos dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Contábeis previstas no artigo 176 das sociedades por Ações, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral.

Campo Largo, 29 de abril de 2024.

Ivo Cezario Gobbato de Carvalho
Presidente

Rosangela Leandro Pelizzari Maneti
Conselheira

José Peterson Vidal
Conselheiro

Paulo Henrique Bianco
Conselheiro

Alexandre Luis Seguro
Conselheiro

Carlos Alberto de Brito Junior
Conselheiro

Patricia Soares Rinaldin
Conselheira

Cassieli Muiniki
Conselheira

**COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA -
COCEL**

Campo Largo - PR

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 01/2024
(Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro
de 2023)

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs.
Administradores e Acionistas da
COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
Campo Largo - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo as práticas contábeis do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparabilidade, foram anteriormente por nós auditadas que emitimos o relatório datado de 31 de março de 2023, sem modificações.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas informações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomada em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditorias obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtida até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba Pr, 12 de abril de 2024.

Bazzaneze Auditores Independentes S.S.:

Bazzaneze Auditores Independentes S/S

CRC-PR N° 3.942/O-6

CVM N° 519/3



Ediclei Cavalheiro de Ávila

CONTADOR CRC-PR 057250/O-9 T-RJ

CNAI N° 5344



Karini Letícia Bazzaneze

CONTADORA CRC-PR N° 051096/O-0

CNAI N° 6254